

Ceará terá 23 câmaras sem participação feminina em 2017

Embora a legislação estabeleça uma cota para estimular a participação feminina na política - a Lei nº 9.504/1997 estabelece que entre 30% e 70% das candidaturas aos cargos proporcionais sejam destinadas a um dos gêneros -, a representação de mulheres no legislativo ainda é muito reduzida. No Ceará, apenas 16% das vagas nas câmaras municipais serão ocupadas por mulheres a partir do dia 1º de janeiro. Na atual legislatura, a ocupação feminina nos legislativos municipais do Estado corresponde a apenas 17% das cadeiras de vereadores.

(Mais FM, 10/11/2016 - acesse no site de origem)

O caminho para conseguir ocupar espaços na política institucional é árduo - seja para conseguir se eleger ou mesmo para se manter nos cargos. Vereadoras apontam que os desafios começam nos partidos, normalmente mais preocupados em cumprir as cotas estabelecidas por lei do que propriamente formar mulheres. Ao chegar na casa legislativa, porém, a situação não é facilitada. O esforço para mostrar competência e pautar as lutas precisa ser ainda maior que o dos homens.

O espaço que já é reduzido está ficando ainda mais restrito. Embora as vagas nas câmaras municipais cearenses tenham aumentado do pleito de 2012 para o de 2016 (passou de 2.147 para 2.176, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral), a quantidade de mulheres eleitas caiu de 366 para 360. Na próxima legislatura, 23 dos 184 municípios do Ceará não terão nenhuma mulher no poder legislativo, enquanto outras 54 cidades contarão com apenas uma representante do gênero.

Outras 47 cidades terão apenas duas vereadoras, embora os municípios com menos vagas na câmara tenham pelo menos nove cadeiras disponíveis. A quantidade de cidades do Estado com uma representação equiparada entre homens e mulheres é ínfima. Apenas cinco das 184 terão, a partir de janeiro de 2017, praticamente o mesmo número de vereadores e vereadoras: Apuiarés, Jaguaribara Moraújo, Pindoretama e Potengi.

Apuiarés, aliás, foi a única cidade do Ceará que elegeu mais mulheres que homens: são quatro vereadores e cinco vereadoras que assumirão mandato na Câmara Municipal no dia 1º de janeiro. Barbalha, que atualmente dispõe de uma representante mulher no legislativo, não elegeu nenhuma para a próxima legislatura.

Desafios

Mesmo quando as mulheres chegam a ocupar cargos na política institucional, muitas vezes elas precisam contar com o estímulo e o apoio de algum familiar que por algum motivo já não pode mais se candidatar. Outras, em menor número, chegam depois de uma atuação política longa e independente nos movimentos sociais, geralmente sem apoio expressivo dos partidos e da própria sociedade. Todas elas - parlamentares em cidades grandes ou pequenas - precisam assumir numerosos desafios para conquistar o próprio espaço em um ambiente historicamente atribuído aos homens.

“Quando assumi o primeiro mandato, eu tive muita dificuldade por ser mulher e jovem. Eu

achava que era menos valorizada, então estudava e me munia de argumentos. Eu achava que era menos valorizada. Hoje, não me sinto mais assim”, conta a vereadora Ana Nilma, que assume em janeiro o quinto mandato na Câmara Municipal de Cedro. A cidade, localizada na região Centro-sul do Estado, elegeu apenas duas vereadoras neste ano, metade das que seguem com mandato até dezembro.

Cunhada do atual prefeito da cidade, Ana Nilma diz que entrou na política pelo estímulo da família. “Entrei de uma forma natural, sem maiores pretensões, mas me envolvi muito e acabei me apaixonando. Não me vejo hoje sem um mandato, sem ter a confiança das pessoas, as ferramentas para atuar por elas. Isso me impulsiona. Acho que a mulher é até mais comprometida no parlamento, por se envolver mais com as questões”, narra a parlamentar.

Hoje, ela vê sua atuação com certa independência e opina que a desigualdade entre homens e mulheres na política institucional tem reduzido. “Acho que a mulher precisa, na verdade, ousar mais. Eu não vejo mais tanta desigualdade nessa questão. Talvez se a gente tivesse tido mais candidatas, teríamos melhorado esse número. Agora, nesta última eleição, acho que o cenário nacional, a questão da Dilma, respingou. O eleitor parece ter mais dificuldade de confiar nas mulheres”, diz.

Campanha dura

Ex-vereadora de Fortaleza, Eliana Gomes (PCdoB) concorda. Ela já assumiu mandato na Câmara Municipal de Fortaleza, mas não conseguiu se eleger para o cargo nem em 2012 nem neste ano, ficando apenas na suplência. “É muito difícil e muito mais dura uma campanha para as mulheres, principalmente as que não têm um padrinho ou um parentesco com um político. Eu não tenho, meus pais eram operários. Vejo que, até mesmo para convencer uma mulher a votar em outra, é complicado”, diz.

Eliana Gomes acredita que a lei das cotas para as mulheres não é suficiente para reduzir a desigualdade de gênero nos espaços institucionais da política. “As mulheres precisam ser prioridade nos seus partidos porque tudo é mais difícil para elas. O investimento é mais difícil de conseguir, principalmente para as que não são de classe social mais alta. Normalmente, as mulheres que chegam ao poder têm uma situação financeira melhor”, analisa.

Para a ex-vereadora, as mulheres precisam de apoio partidário para se apropriar das políticas públicas e da luta que se dá nos parlamentos. “A participação tem que ser fortalecida, não só no período de campanha. Muitas mulheres da luta popular têm medo (de se candidatar) porque acham que só quem tem recurso tem chance. O Parlamento é um espaço de decisão, e as mulheres terão mais preocupação de pautar as lutas e as dificuldades femininas que os homens”, argumenta.

Eliana Gomes diz que viu integrantes da bancada feminina da Câmara Municipal de Fortaleza desistirem da disputa deste ano por conta das dificuldades de ocupar esse espaço. “Teve o impeachment da presidente, um tumulto político. As mulheres já não têm mais aquela autoestima da eleição da Dilma. Somos 52% do eleitorado, mas isso não é algo que se repete dentro dos parlamentos. Além disso, as mulheres nem sempre são bem tratadas no Legislativo. Vivemos em uma sociedade muito machista”, lamenta.

Integrante do PCdoB, Eliana Gomes começou a militância política no bairro aos 12 anos. “Foi quando conheci melhor a cidade de Fortaleza. Na primeira vez que disputei, tive até uma votação expressiva. Fui pra deputada, fiquei na suplência e não assumi. Depois, fui vereadora

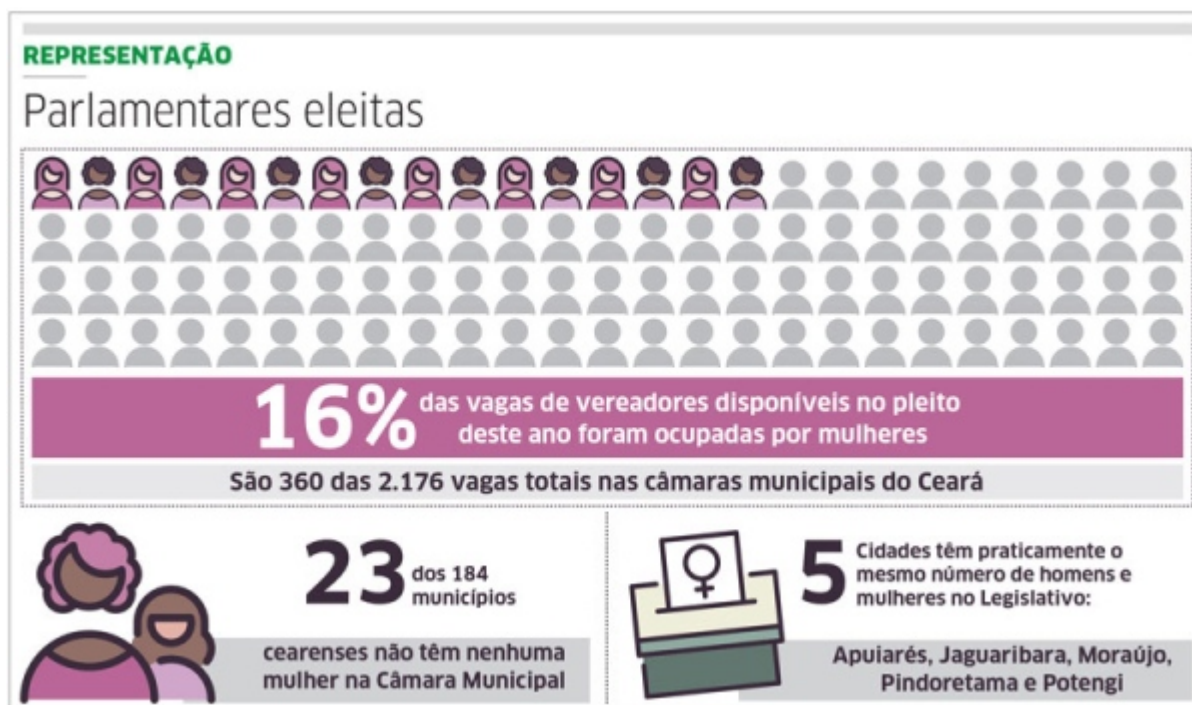
por quatro anos. Agora, perdi por pouco. Minha atuação sempre foi em defesa das mulheres. Queria que as mulheres vissem que também podem chegar na Câmara Municipal. Somos 52% do eleitorado e necessitamos de representação”, salienta.

Eliana diz que as mulheres até têm envolvimento político forte, mas costumam ocupar espaços nas lideranças comunitárias, sindicatos e movimentos sociais. “Nesta linha institucional, é mais difícil. E não precisamos só ocupar o legislativo. Temos que ocupar também um espaço dentro dos partidos pra formar opinião. A sociedade é muito machista, então ainda é difícil convencer. Começamos a votar muito tarde, mas precisamos lutar”, diz a ex-vereadora.

Ela admite que conseguir uma vaga no legislativo não é tarefa fácil, mas ressalta que desenvolver um mandato atuante é ainda mais difícil. “Senti dificuldade. É complicado pra uma vereadora chegar naquele espaço de poucas mulheres, e mesmo assim a maioria delas colocadas ali por parentes. Se uma popular chega, ela tem que fazer o melhor. Não pode ter medo de usar tribuna. Eu fazia o enfrentamento político”, declara.

Conforme Eliana Gomes, até mesmo a questão física deixa a mulher atrás dos homens no momento de fazer campanha e disputar cargos eletivos. “O sentimento é de que, muitas vezes, nós, mulheres, não temos a mesma energia. Mas não é verdade. É muito importante as mulheres estarem nos espaços de poder. Cada vez mais partidos devem investir nas mulheres, com formações e investimentos”.

Iniciativas do Poder Judiciário buscam fomentar a presença da mulher na política. A Lei das Eleições determina, por exemplo, que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve promover propaganda institucional em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina na política, de 1º de abril a 30 de julho dos anos eleitorais.



Alana Lira

Quem são as novas vereadoras de SP, que terá uma Câmara com o dobro de mulheres em 2017

Elas ainda estão distantes de refletir a composição demográfica da população geral, mas na próxima legislatura serão - pelo menos numericamente - duas vezes mais fortes que na atual.

(BBC Brasil, 20/10/2016 - acesse no site de origem)

Na maior cidade do país, São Paulo, 11 mulheres serão empossadas como vereadoras em janeiro de 2017 - mais que o dobro das cinco atuais.

Elas equivalem a 20% da Casa, bem acima da média nacional, que é de 13,5%.

Entre as capitais, só em Natal e Curitiba a representatividade é proporcionalmente maior: 28% e 21%, respectivamente. As capitais do Rio Grande do Norte e Paraná também tiveram aumentos expressivos na eleição de mulheres neste ano.

Entre as 26 capitais brasileiras, o número de mulheres subiu em dez.

Ao desafio de serem ouvidas em um ambiente ainda dominado pela voz masculina, as vereadoras paulistanas precisam superar outro obstáculo: vencer diferenças ideológicas bastante acentuadas.

“Temos que fazer um esforço para isso. Pretendo procurar as demais para ver se podemos articular projetos juntas, especialmente no que diz respeito à violência contra a mulher. Assim, elas podem pressionar seus correligionários para que a gente consiga passar essas pautas”, disse Sâmia Bonfim, eleita pelo PSOL.

‘Virada?’

Ela é uma das cinco “marinheiras de primeira viagem” entre as 11 eleitas. A BBC Brasil conversou com quatro delas.

“A vida das mulheres está acima de qualquer sigla partidária”, diz Janaina Lima, do Partido Novo. Para ela, unir forças é a melhor estratégia para alcançar “melhores resultados” nesse sentido.

“Acho que é possível fazer essa articulação. Às vezes o propósito vai ser o mesmo, mas talvez os caminhos para chegar até ele sejam diferentes. Mas eu farei a minha parte para superar as diferenças ideológicas e fortalecer os objetivos em comum”, afirmou Aline Cardoso, do PSDB.

Adriana Ramalho, também do PSDB, diz que “diálogo é sempre o melhor caminho” e que “na hora de visar à defesa da mulher, vamos dialogar sem colocar ideologia partidária e sem ser tão radical.”

As novatas eleitas consideram que a ampliação da bancada feminina pode ser considerada um “momento de virada” na política local.

“Isso é uma consequência de vários esforços que estão vindo da sociedade. Até alguns homens me disseram: eu quero votar numa mulher. Quando você tem homens que enxergam a necessidade de melhorar essa representatividade, aí o movimento começa a tomar uma força maior”, diz Aline Cardoso.

Secretaria das Mulheres

A maioria das vereadoras diz ser contra a ideia do prefeito eleito, João Doria, de fechar a Secretaria das Mulheres – criada pela gestão de Fernando Haddad em 2013.

A pasta, segundo a prefeitura, tem o objetivo de “formular, monitorar e executar políticas públicas para as Mulheres, em especial na área de enfrentamento à violência e promoção da autonomia econômica”.

“Tudo isso é custo. Para quê? Gerar status? Prefiro gerar política pública”, afirmou ele durante a campanha, ao mencionar pastas que seriam fechadas.

“Eu sou contra. Já pedimos uma reunião e falamos com coordenador da campanha e o vice-prefeito e pedimos que a secretaria seja mantida”, afirmou Aline Cardoso, do PSDB.

Já a também tucana Adriana Ramalho amenizou o impacto da possível extinção e disse que o importante será “garantir as políticas públicas” – para ela, a secretaria é apenas “simbólica”.

Confira, a seguir, quem são as novas vereadoras paulistanas:

Rute Costa

Dentre as cinco vereadoras novatas, Rute Costa, 49, foi a mais votada, com 33.999 votos. Ela é do PSD (Partido Social Democrático) e recebeu amplo apoio da igreja evangélica Assembleia de Deus.

Rute é filha do presidente da Assembleia de Deus, pastor José Wellington Bezerra da Costa. O irmão dela, pastor Paulo Freire, é deputado federal, e a irmã, Marta Costa, teve três mandatos como vereadora de São Paulo e hoje também ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados.



Bolo em comemoração à eleição de Rute Costa (Foto: AFP)

Na campanha, Rute não direcionou seu discurso para as mulheres. Quando eleita, ela afirmou que irá “representar a igreja na Câmara dos Vereadores”.

Entre as principais propostas que pretende levar para a Casa estão desconto de passagens em transporte público durante todo o fim de semana “para que as pessoas possam ir à igreja no sábado ou gozar de momentos de lazer com a família” e a criação de projeto de lei para incentivar creches em bairros.

Adriana Ramalho

Adriana Ramalho, 35, do PSDB, foi a segunda “novata” mais votada para a Câmara, com 29.756 votos. Ela também fará parte da bancada evangélica – que é maior do que a bancada feminina, com 15 representantes.

Mas ressalta: “Eu não sigo uma de bandeira da placa de Igreja. Busco agir com coerência e ética”.

Adriana seguiu os passos do pai, Ramalho da Construção, que foi líder sindical na Construção Civil e é parlamentar. “Minhas prioridades serão garantir os direitos trabalhistas, os direitos da mulher e dos idosos”, afirmou.



Vereadores eleitos pelo PSDB - da esquerda para a direita, Adriana Ramalho e Aline Cardoso são as representantes femininas do partido (Foto: PSDB)

“Uma das minhas propostas é aumentar o número de casas de abrigo na cidade para mulheres vítimas de violência. Além disso, atualmente não é permitido que os filhos adolescentes acompanhem as mães lá e isso é uma barreira para elas, precisamos mudar esse equipamento público. E precisamos também de mais Delegacias Da Mulher que funcionem 24h”, pontuou.

Aline Cardoso

Aline Cardoso, do PSDB, tem 37 anos e é a terceira vereadora de primeira viagem com mais votos - teve 25.769.

Também com veia política na família - seu pai é o deputado Celino Cardoso (PSDB), que exerce o sexto mandato no Congresso -, Aline é filiada ao partido desde 1998, mas só agora decidiu concorrer a um cargo político.

“Eu tinha me afastado da política por escolha pessoal, fui mãe, atuei no setor privado. Mas de 2013 para cá ficou claro para mim que a gente precisava de novos líderes”, disse.



Aline Cardoso no dia da eleição (Foto: AFP)

Entre suas prioridades de propostas estão o combate à gravidez na adolescência e a ampliação de oportunidades de empreendedorismo feminino. “O feminismo não é minha única pauta, mas ele está na minha pauta”, disse à BBC Brasil.

Além disso, ela promete defender em seu mandato a simplificação da abertura de empresas, a ampliação de faixas e corredores para ônibus, estímulo ao uso de veículos não motorizados, a ampliação dos CEUS (Centros Educacional Amplificado), entre outras.

Janaina Lima

Janaína Lima, 32 anos, ganhou notoriedade com a participação no movimento “Vem Pra Rua”, liderando protestos contra a corrupção e pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Eleita com 19.425 votos, ela tem como principal promessa um “mandato anti-corrupção” e prometeu “cortar em 50% a verba do gabinete, abrir mão do regime previdenciário especial, do carro e das demais verbas indenizatórias” para “ser um exemplo de político que serve sem se servir.”

À BBC, Janaina diz que seu mandato terá três pilares: “exercer o papel fiscalizador que cabe aos vereadores; apresentar projetos nas áreas de primeira infância; e empreendedorismo.”



Janaina Lima se destacou no movimento “Vem Pra Rua”, que liderou protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff (Foto: Divulgação)

“Como mulher e mãe – e hoje, política, quero que meu mandato seja um instrumento para aumentar a participação e o engajamento das mulheres na sociedade civil e nos espaços de poder.”

Nascida na periferia de São Paulo, Janaina se formou em Direito e promete atuar para melhorar as oportunidades nas regiões mais pobres da cidade. Para isso, ela quer promover programas de capacitação profissional e incluir as matérias de “Empreendedorismo” e “Educação Financeira” nas escolas.

Sâmia Bonfim

Sâmia Bonfim, 27, foi uma das maiores “surpresas” dessa eleição. Ela ficou conhecida por ter participado do “Movimento Passe Livre”, contra o aumento da tarifa em 2013 e do movimento feminista no ano passado.

Ela foi a primeira vereadora da história do PSOL a ser eleita na Câmara de São Paulo e credita ao movimento feminista o seu sucesso. Suas prioridades serão o combate à violência contra a mulher, garantia do direito ao parto humanizado e ao aborto legal em todos os hospitais públicos da cidade, entre outros.



Eleita pelo PSOL, Sãmia Bonfim participou de protestos contra o presidente Michel Temer e pelos direitos das mulheres (Foto: Carlos Esdras)

“Eu recebi muitos ataques pela condição de ser mulher e candidata feminista. Os mais tranquilos eram de gente que duvidava da minha capacidade, por ser jovem, menina. Mas pela internet era mais pesado, recebi ameaças, comentários dizendo que ‘feministas merecem a morte’, falando ‘que bom que na ditadura estupravam mulheres’ e por aí vai”.

As expectativas dela para o primeiro mandato na Câmara não são diferentes. Sãmia acredita que terá sua “capacidade questionada o tempo todo”.

“Acho que vou sofrer muitos ataques de gente que está há muito tempo lá, oligarquias, setores conservadores, evangélicos. Vou enfrentar uma pedreira. Mas acho que o movimento feminista está muito forte e qualquer tipo de ataque que eu receba vai ter repercussão e uma reação nas redes sociais. O bom é que hoje nenhuma mulher está sozinha.”

Renata Mendonça

30 cidades paulistas não elegem vereadora desde 2008, aponta Procuradoria

Um total de 30 cidades paulistas não elegeram nenhuma vereadora desde 2008, segundo levantamento da Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo (PRE-SP).

[\(Folha de S. Paulo, 14/10/2016 - Acesse no site de origem\)](#)



Pela terceira eleição consecutiva, os municípios, que representam 4,65% do total do Estado, ficaram sem representação feminina. Estão nessa situação São Vicente, Cotia, Mogi Guaçu e São Roque, por exemplo.

Neste ano, 24,6% das cidades de São Paulo não elegeram vereadoras, ainda de acordo com a PRE-SP. O índice é próximo ao nacional, divulgado pela Folha nesta quinta (13).

Apesar de as mulheres representarem 51% da população do Brasil, não haverá vereadoras em 23% das cidades do país a partir de janeiro de 2017.

Entre os 159 municípios paulistas sem vereadoras eleitas, 148 também não terão uma prefeita.

Em 2012, foram 166 cidades com um Legislativo exclusivamente masculino. Em 2008, o número foi de 198 municípios, o que indica melhora ao longo do tempo.

Desde 2009, os partidos e coligações são obrigados a destinar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. A cota, porém, deve ser observada no momento do registro da candidatura e, com desistências de mulheres ao longo da campanha, a porcentagem cai até o dia da eleição.

No Estado de São Paulo, 102 coligações ficaram abaixo da cota no registro das candidaturas (2% do total). Considerando as candidaturas que chegaram ao final da campanha, o número sobe para 460 -11% do total.

Segundo a PRE-SP, contudo, muitas coligações que não cumpriram a cota ao registrar suas candidaturas foram notificadas pela Justiça Eleitoral e tiveram um prazo para fazer a

retificação.

Especialistas apontam que as mulheres candidatas costumam receber menos apoio político e recursos. Neste ano, os partidos destinaram proporcionalmente 30% mais verba aos homens em relação ao que foi repassado às mulheres.

Para o procurador regional eleitoral em São Paulo, Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, as mulheres continuam sub-representadas. “Chega de machismo. Está na hora do feminismo eleitoral”, disse.

A PRE-SP organizou, em julho, um encontro para debater propostas para promover a igualdade das mulheres na política. Entre as possibilidades levantadas estão aumento da cota para 50%, responsabilização criminal por candidaturas femininas falsas e redução dos repasses do Fundo Partidário para legendas que descumprirem a cota, por exemplo.

Proporção de vereadoras eleitas se mantém após quatro anos

A proporção de mulheres eleitas para o cargo de vereador se manteve entre as eleições de 2012 e de 2016, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Neste ano, 13,5% dos vereadores eleitos são mulheres - ou 7,8 mil de 57,8 mil candidatos. Há quatro anos, o percentual foi de 13,3% - 7,7 mil de 57,4 mil candidatos.

(G1, 12/10/2016 - Acesse no site de origem)

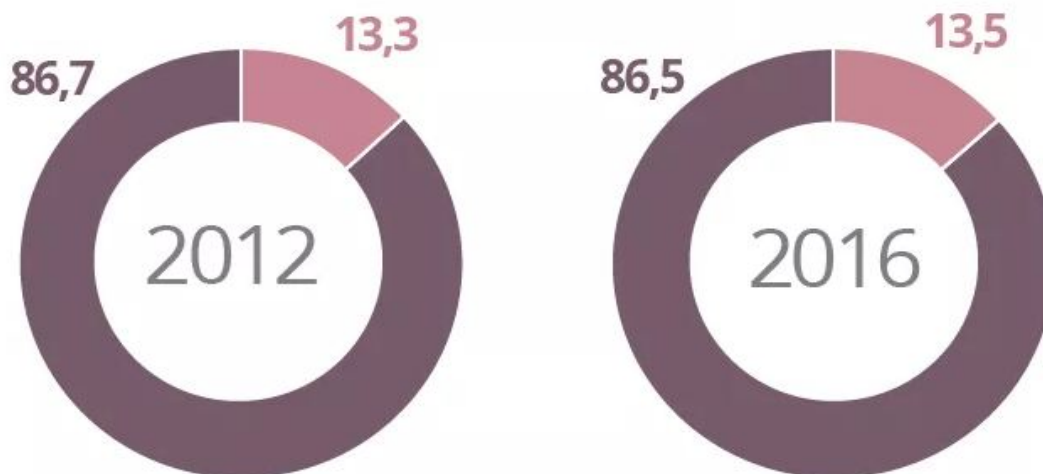
Mulheres nas câmaras

Mais de 7,8 mil candidatas foram eleitas neste ano

Eleitos, em %

■ Homem

■ Mulher



FONTE: TSE



Infográfico elaborado em: 07/10/2016

Apesar

de maiores reivindicações da população e de campanhas para melhorar a representatividade feminina na política, a proporção de mulheres eleitas também é praticamente a mesma que a encontrada no primeiro turno das eleições de 2012 entre os prefeitos. Neste ano, 11,6% dos prefeitos eleitos no primeiro turno são mulheres - percentual ligeiramente menor que o de 2012: 12%.

Leia mais: [PMB elege mais mulheres do que a média nacional \(O Globo, 10/10/2016\)](#)

Esta é a segunda eleição municipal com a vigência da lei 2.034/2009, que estabelece que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. O número de candidatas mulheres, no entanto, também não subiu.

Pelo mundo

A representatividade feminina nas câmaras municipais se equivale à do Legislativo federal. Na comparação com a situação mundial, o Brasil tem uma das piores taxas de presença de mulheres do Congresso. Segundo o documento “Mulheres no Parlamento: Revisão Anual”, da União Interparlamentar (IPU), numa lista de 193 países, o Brasil ocupa a 155ª posição em representatividade feminina.

De acordo com o estudo, o Brasil tem apenas 51 mulheres na Câmara (9,9% do total) e 13 no Senado (16%). Estão em posição melhor que o Brasil, por exemplo, países de maioria muçulmana como o Afeganistão (52ª posição), o Iraque (61ª posição) e a Arábia Saudita (93ª). Já as melhores posições são ocupadas por Ruanda - com 63,8% de mulheres na Câmara e 38,5% no Senado - e Bolívia, com 53,1% e 47,2%, respectivamente.

Grande São Paulo

Na região metropolitana de São Paulo, 13 cidades não elegeram nenhuma vereadora mulher.

[A primavera feminista chega às Câmaras](#)

Vereadoras com plataforma em prol dos direitos das mulheres puxam votos e ampliam as bancadas do PSOL nas capitais

[\(CartaCapital, 10/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

“É mulher preta! É mulher preta!”, bradou em Belo Horizonte no domingo 2 o grupo de eleitores e apoiadores da cientista política Áurea Carolina, 32 anos, após a confirmação de sua eleição como vereadora pelo PSOL. Mulher, negra e [feminista](#), Carolina foi a candidata mais votada na capital mineira, arregimentando 17.420 votos.

Leia mais:

[Amazonas perde prefeitas e ganha vereadoras \(D24am, 09/10/2016\)](#)

[Apenas 12% das mulheres candidatas foram eleitas para prefeituras \(Agência Brasil, 08/10/2016\)](#)

[Apenas oito em cada 100 prefeitos eleitos em SC são mulheres \(Diário Catarinense, 07/10/2016\)](#)

Carolina é uma das parlamentares eleitas na semana passada que defendeu na campanha a ideia de ampliar a [representatividade feminina](#) nas Câmaras Municipais, espaço tradicionalmente dominado por homens. Articuladora do movimento ‘Muitas pela cidade que queremos’, que organiza discussões e eventos culturais em Belo Horizonte, Carolina iniciou seu ativismo no hip-hop. Sua expressiva votação, a maior da cidade nos últimos 12 anos, foi uma surpresa. “Menina, estou atônita, acho que ainda não caiu a ficha”.

Na esteira da chamada [primavera feminina](#) e de discussões sobre a questão do assédio e da cultura do estupro, candidatas [declaradamente feministas](#) e com propostas focadas nos direitos das mulheres alavancaram votos para o PSOL em diversas cidades importantes, como as capitais Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Porto Alegre, além de cidades como Niterói (RJ) e Campinas (SP).

Os resultados são um alento diante de uma realidade alarmante. Atualmente, existem 7.782 mulheres vereadoras em todo o Brasil, contra 49.825 homens. Os dados são da Secretaria de Política para Mulheres, que perdeu o [status de ministério](#) no governo Michel Temer e foi absorvida pelo Ministério da Justiça. No âmbito federal, menos de 10% dos parlamentares são mulheres.

Esses números persistem apesar da obrigatoriedade de cada partido reservar uma cota mínima de 30% para candidatas. Na prática, verifica-se que muitas dessas candidaturas são de “laranjas”. Outras tantas, legítimas, acabam recebendo menos recursos que as dos

homens. “Os partidos são instituições machistas, patriarcais e [racistas](#) há muito anos. E esse poder não vai ser desmontado pela intenção dos homens, são as mulheres ocupando que vão mudar o jogo”, diz Carolina.

Marielle Franco, 37 anos, negra, nascida, criada e moradora do Complexo da Maré no Rio de Janeiro, concorda. “Ou a revolução será feminista, classista e com o debate da negritude, ou não será”, afirma. Ela conseguiu 46 mil eleitores, tornando-se a quinta vereadora carioca mais votada. Socióloga e ex-coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a militante do PSOL defende a presença das mulheres nos espaços de decisão. “Não pode ter só homens brancos ricos, que nunca tiveram medo de saltar num ponto de ônibus escuro ou que nunca tenham sido assediados”.

A prioridade de Franco será combater o déficit de creches na cidade. “É uma pauta que atinge mulheres negras e da favela”. A vereadora eleita fala com experiência própria. Mãe aos 17 anos, só conseguiu trabalhar e concluir os estudos porque conseguiu inscrever a filha em uma creche com ensino integral, mantida pela prefeitura à época. Franco também defende um olhar de gênero na questão do [transporte público](#). “Esse é o local em que as mulheres são mais assediadas”. Ela propõe que, na madrugada, seja possível descer fora dos pontos de ônibus, a fim de encurtar o trajeto feito nas ruas nestes horários. “Espero que todas as mulheres da Câmara, não só as feministas ou do campo progressista, venham garantir essa proposta concreta”.

Na capital gaúcha, Fernanda Melchionna, 32 anos, eleita para seu terceiro mandato, também foi a mais votada. “No PSOL há cotas paritárias de 50% para mulheres na direção do partido. Não foi a toa que o partido acabou sendo a expressão da ocupação das mulheres na primavera feminista”, afirma. Franco afirma que o partido não está dissociado do [machismo estrutural](#) da sociedade. “É claro que tem machismo, mas essa disputa está sendo construída internamente há uma década”.

Em Porto Alegre, Melchionna foi eleita pela primeira vez em 2008, aos 24 anos. “Imagina uma mulher, jovem, socialista, na Câmara”, ri ela, que enfrentou de assédio à tentativa de agressão entre seus pares, passando pela proposição de um parlamentar que visava estabelecer qual roupa seria apropriada para as vereadoras. “Minha resposta foi dizer: a política não é só para os engravatados”, lembra ela.

Na capital paulista, a bancada feminina dobrou, passando de cinco para 11 mulheres eleitas em um universo de 55 parlamentares. Duas são declaradamente feministas: Juliana Cardoso (PT) e a estreante Sâmia Bomfim, 27 anos, primeira mulher vereadora do PSOL a ser eleita para a Câmara.

Formada em Letras pela USP e funcionária pública na mesma universidade, Sâmia voltou para a Câmara dos Vereadores, literalmente, pela porta da frente. Em junho, a feminista foi retirada à força do parlamento paulistano e arrastada por dois policiais militares durante um protesto contra sessão solene que comemorava a exclusão das [discussões de gênero](#) no plano municipal de educação. “A gente foi arrancada a força de lá e vamos entrar num novo patamar de disputa agora”, afirma. Sua prioridade no mandato será o enfrentamento da violência de gênero, defendendo a expansão das delegacias da mulher com funcionamento 24h.

Oriunda do movimento estudantil, Bomfim foi uma das organizadoras das manifestações [“Mulheres contra Cunha”](#), contrárias ao projeto de lei do ex-presidente da Câmara dos Deputados que dificultaria o atendimento médico e a possibilidade de interrupção da gravidez das vítimas de [estupro](#). “Especialmente os homens questionavam durante a campanha: você é só uma menina jovem e sonhadora, acha que vai dar conta de enfrentar esses homens poderosos?”, conta.

A vereadora eleita, porém, tem consciência de que o debate será difícil. “Menos por ser eu e por ser eles e mais porque sou só uma, no máximo há duas, contra cinquenta homens machistas reacionários, alguns deles fundamentalistas”, afirma. “O enfrentamento só será possível com o respaldo dos movimentos sociais. Sozinha eu não sou ninguém lá dentro, preciso estar junto com as mulheres”.

Número de mulheres na Câmara de SP aumenta. ‘É acúmulo de consciência’, diz professor

Antes, eram cinco; agora, serão onze. Mobilizações nas ruas e debates nas redes podem ter puxado aumento da demanda por candidatas mulheres no legislativo municipal

[\(Nexo Jornal, 03/10/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

O número de mulheres na Câmara Municipal de São Paulo dobrou depois da votação no domingo, 2 de outubro. A partir de 2017, 11 mulheres serão vereadoras na maior cidade do país, contra as 5 da atual legislatura. A representação feminina, portanto, passará de 9% para 20% dos 55 parlamentares locais.

Foram reeleitas

Edir Sales (PSD)

Juliana Cardoso (PT)

Patricia Bezerra (PSDB)

Sandra Tadeu (DEM)

Foram eleitas

Adriana Ramalho (PSDB)

Aline Cardoso (PSDB)

Janaina Lima (NOVO)

Noemi Nonato (PR)

Sâmia Bomfim (PSOL)

Soninha (PPS)

Rute Cista (PSD)

Processo de conscientização

A porcentagem de mulheres ocupando cadeiras nas câmaras de vereadores dos municípios brasileiros vem aumentando gradativamente, embora a passos lentos, nos últimos anos.

Leia mais: [Com renovação de 40%, Câmara Municipal de São Paulo terá mais mulheres \(Agência Brasil, 03/10/2016\)](#)

Apesar do crescimento em São Paulo, houve pouca diferença percentual em relação à quantidade de mulheres nas câmaras em comparação às eleições municipais de 2012: o índice se manteve em 13%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral.

EVOLUÇÃO

Desde 1997, uma lei federal determina cotas para candidaturas com base em gênero. De acordo com a lei, é obrigatório que no mínimo 30% e no máximo 70% dos candidatos de um partido ou coligação sejam do mesmo gênero. Essa cota muitas vezes é cumprida a base de fraudes.

Embora as cotas tenham como objetivo ampliar as chances de mulheres serem eleitas, não há relação entre as candidaturas e os candidatos que são eleitos de fato. Portanto, a medida não garante mais mulheres como representantes no poder Legislativo.

No entanto, para o cientista político Pablo Ortellado, professor de Gestão de Políticas Públicas da USP, a maior representatividade feminina em São Paulo, por exemplo, não é fruto das cotas de gênero para candidaturas – mas da ampliação da consciência de que é preciso ter mais representantes mulheres na política. Para ele, o que aconteceu foi um “acúmulo de consciência” de que as mulheres devem ter voz mais ativa.

“E foi isso que aconteceu: essa ampliação foi antecipada pela grande onda de debates e de mobilização feministas, passou muito pelo debate de internet, pelas organizações de rua, pelos protestos contra a agenda do [Eduardo] Cunha”, disse Ortellado em entrevista ao Nexu.

“Acho que vivemos um fortalecimento do movimento feminista, que se expressa por meio de grandes mobilizações mas também por meio de coletivos. E um dos principais temas do movimento é a representatividade, então parece que havia de fato uma demanda para que mais mulheres ocupassem a política. Além disso, parece que houve uma falência percebida do modelo político institucional, as pessoas buscaram renovação e viram em candidatas mulheres exemplos de luta.”

Sâmia Bomfim, eleita vereadora na Câmara Municipal de

São Paulo pelo PSOL

Representatividade

Em uma entrevista dada ao Nexo em agosto de 2016, a socióloga Clara Araújo, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, lembrou que embora não exista uma agenda política comum de todas as mulheres, é possível observar que em países com mais participação feminina na política, há mais sensibilidade para temas relacionados à vida familiar e benefícios sociais.

No geral, sociólogos e cientistas políticos defendem que uma maior representatividade feminina no poder Legislativo é a chave para leis mais sensíveis a questões que afetam a mulher na sociedade.

“A política municipal é o espaço privilegiado para trabalhar e implementar programas que são importantes para as mulheres. Um exemplo é a epidemia da zika: tem que haver um diálogo com as mulheres para a prevenção do surto e para que a prefeitura conheça o que elas precisam.”

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres, em entrevista ao UOL

Cresce número de mulheres nas Câmaras das 10 maiores capitais do País

Proporção de vereadoras chega a 15% nas Casas Legislativas. Curitiba e SP lideram ranking

(R7, 04/10/2016 - acesse no site de origem)

O número de mulheres nas Câmaras Municipais das dez maiores capitais brasileiras cresceu nesta eleição. Ao todo, elas ocuparão, a partir de 1º de janeiro, 63 das 422 cadeiras das Casas legislativas das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife, Porto Alegre e Goiânia. Atualmente, as mulheres possuem 50 postos.

Leia mais:

[Número de mulheres nas câmaras do Alto Tietê cai quase pela metade \(G1, 04/10/2016\)](#)

[Feministas se elegem vereadoras em busca de representatividade para mulheres \(Extra, 03/10/2016\)](#)

[“Aumento do número de vereadoras é simbólico, mas tem limitações”, diz feminista eleita em SP \(R7, 03/10/2016\)](#)

[Analista aponta retrocesso com redução de mulheres na câmara de Santarém \(G1, 03/10/2016\)](#)

Com isso, a representação feminina nas Câmaras das principais capitais do País saltará de 12% para 15%. A taxa de mulheres eleitas, no entanto, ainda é bastante inferior à de mulheres candidatas, que gira em torno de 30% por conta da legislação eleitoral.

Na maior Câmara Municipal do País, a de São Paulo, com 55 postos, mais que dobrou o número de mulheres foram eleitas. Até o final deste ano, cinco mulheres ocupam os cargos. A partir do ano que vem, serão 11 vereadoras.

O número de mulheres na Câmara da capital paulista representa 20% das 55 cadeiras (a segunda maior proporção entre as 10 principais capitais, perdendo apenas para Curitiba).

Em Salvador, o número de vereadoras também mais que dobrou. No ano de 2012, foram eleitas apenas cinco mulheres. Este ano, foram eleitas oito — o que equivale a 19% das 43 cadeiras da Câmara da cidade.

Em Belo Horizonte, quatro vereadoras ocuparão, cada uma delas, uma das 41 cadeiras da Câmara da cidade — a proporção de mulheres entre os parlamentares da Casa legislativa chegará, então, a 10% do total. Até este ano, havia apenas uma vereadora na capital mineira.

Em Curitiba, o número de mulheres na Câmara, composta por 38 cadeiras, em 2012, era de cinco. Agora, com as novas eleições, o número passou para oito — 21% do total de postos.

Em Goiânia, o número de mulheres na Câmara aumentará das atuais quatro para cinco no ano que vem, chegando a 14% das 35 cadeiras da cidade.

Recife e Porto Alegre: número estável

No Recife, o número de vereadoras que assumirão uma das 39 cadeiras da Câmara Municipal a partir de 2017 permanecerá o mesmo do atual: seis (15% do total). O que chama a atenção na cidade, no entanto, foi o desempenho das candidatas: cinco delas estão no grupo dos dez vereadores mais votados da cidade.

Em Porto Alegre, quatro mulheres foram eleitas para o próximo mandato no Legislativo de Porto Alegre — equivalente a 11% das 36 cadeiras locais. O número é idêntico ao da atual composição da Câmara. Entre todos os candidatos, a mais votada foi uma mulher: Fernanda Melchionna, do PSOL.

Rio, Fortaleza e Manaus: queda

O Rio de Janeiro, por sua vez, verá o número de mulheres entre os 51 vereadores cair a partir de 1º de janeiro. Em 2012, foram eleitas oito mulheres. Neste ano, as eleitas foram sete (14% do total).

Outra grande cidade em que a participação feminina na Câmara perdeu força foi Fortaleza. Seis mulheres foram eleitas para ocupar uma das 43 cadeiras do parlamento local a partir do ano que vem (também 14% do total). Até este ano, havia sete vereadoras na Casa.

Em Manaus, o número de vereadoras também diminuiu: passou de cinco para quatro, ou 10% dos 41 postos da Câmara da cidade. Ao lado de Belo Horizonte, a capital do Amazonas terá, entre as 10 maiores capitais do País, a menor proporção de mulheres.

[Câmara de SP terá mais do que o dobro de mulheres em 2017](#)

11 vagas na Câmara serão ocupadas por mulheres contra 5. Quatro vereadoras foram reeleitas e sete, eleitas.

[\(G1, 03/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O número de mulheres eleitas para o cargo de vereadora na Câmara Municipal de São Paulo mais do que dobrou. Em 2017, 11 mulheres estarão ocupando as 55 vagas disputadas nas eleições deste domingo (2).

Leia mais:

[Apenas uma mulher é eleita como prefeita no primeiro turno em 26 capitais \(UOL, 02/10/2016\)](#)

[Só uma mulher eleita, candidatos quase empatados e grandes abstenções em SP e RJ: as eleições nas capitais \(BBC Brasil, 03/10/2016\)](#)

[Candidatos homens recebem 30% mais verba que mulheres \(Folha de S.Paulo, 01/10/2016\)](#)

[Mulheres representam 52% do eleitorado sorocabano neste ano \(Cruzeiro do Sul, 01/10/2016\)](#)

[Em SP, candidatos prometem ampliação de políticas voltadas para a população LGBT \(Folha de S.Paulo, 29/09/2016\)](#)

Na atual gestão do Legislativo municipal, são apenas cinco mulheres que são vereadoras, ou seja, 9% do total. No ano que vem, as mulheres representarão 20% da Câmara.

As vereadoras Edir Sales (PSD), Juliana Cardoso (PT), Patricia Bezerra (PSDB) e Sandra Tadeu (DEM) foram reeleitas.

Adriana Ramalho (PSDB), Aline Cardoso (PSDB), Janaina Lima (NOVO), Rute Costa (PSD), Sâmia Bomfim (PSOL), Soninha (PPS) e Noemi Nonato (PR) são as novas eleitas.

O aumento da campanha nas redes sociais por maior representatividade feminina nas Casas Legislativas é apontado como fator para o maior número de vagas garantidas.

Sâmia Bomfim, por exemplo, tinha como bandeira de sua campanha o feminismo e integra o movimento Bancada Ativista.

PERFIL DA NOVA CÂMARA

- Sexo: 80% homens; 20% mulheres
(52% da população da capital são mulheres)

- Cor: 78% brancos; 18% pretos e pardos; 4% amarelos
(37% da população de SP é preta ou parda)

- Idade média dos eleitos: 52 anos

- Escolaridade: 75% têm ensino superior

- Estado civil: 69% são casados

Divisão por partidos

O partido do prefeito eleito, João Doria (PSDB), tem o maior número de cadeiras, 11, seguido do PT, com 9. DEM, PR, PRB e PSD elegeram 4 vereadores cada.

O PSDB ganhou três cadeiras, passando de oito vereadores da atual legislatura para 11. A legenda também conseguiu reeleger seis deles.

O PT, que com 10 cadeiras é a legenda com mais vereadores atualmente na Casa, perdeu uma vaga e passará a ser o segundo partido da Câmara. Sete dos vereadores petistas foram reeleitos e três não conseguiram votos suficientes. Um dos dois novos petistas na Câmara foi o recordista de votos desta eleição: Eduardo Suplicy. O ex-senador obteve 301.446 votos (mais que o dobro do segundo mais bem votado, Milton Leite, do DEM, que teve 107.957).

Dos 55 vereadores, 33 conseguiram se reeleger, isto representa renovação de 40% de vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.